



COMPANHIA DE GÁS DO PIAUÍ – GASPISA

RELATÓRIO DE GESTÃO

EXERCÍCIO DE 2025

PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA TCE-PI Nº 01/2022

TERESINA – PI
2026

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL.....	
1.1 Contextualização da Entidade	
1.2 Natureza Jurídica e Finalidade	
1.3 Missão, Visão e Valores.....	
1.4 Visão do Exercício de 2025	
2. GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	
2.1 Estrutura Administrativa	
2.2 Composição Acionária	
2.3 Forma de Gestão e Conformidade Legal.....	
3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
3.1 Análise das Receitas.....	
3.2 Análise das Despesas.....	
4. DESEMPENHO ECONÔMICO E CONTÁBIL.....	
4.1 Análise da Demonstração do Resultado (DRE).....	
4.2 Resultado Abrangente	
4.3 Indicadores de Desempenho	
5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL	
5.1 Balanço Patrimonial – Visão Geral	
5.2 Ativo – Análise por Grupo	
5.3 Passivo – Análise por Grupo.....	
5.4 Patrimônio Líquido – Evolução e Eventos Relevantes	
6. FLUXO DE CAIXA.....	
6.1 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa	
6.2 Atividades Operacionais	
6.3 Atividades de Investimento	
6.4 Atividades de Financiamento e Capacidade Financeira.....	
7. PROJETOS ESTRATÉGICOS	
7.1 Implantação de Usina Termelétrica a Gás Natural	
7.2 Prospecção ou Extração de Gás Natural – Jazidas do Subsolo	
7.3 Terminal de GNL no Porto de Luís Correia	
7.4 Relatório de Viabilidade – Usina Termelétrica Litorânea.....	

7.5 Expansão do Gasoduto Meio Norte	
7.6 Terminal de Regaseificação de GNL – Porto de Luís Correia	
8. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO	
8.1 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC	
8.2 Integralização e Baixa do Investimento na TMN Transportadora S.A.	
8.3 Regularização de Créditos Tributários de IRRF	
8.4 Retorno do Diretor-Presidente ao Cargo	
9. GESTÃO PATRIMONIAL	
9.1 Estrutura do Patrimônio	
10. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA	
11. CONFORMIDADE E ASPECTOS LEGAIS	
11.1 Normas Contábeis Aplicáveis	
11.2 Atendimento às Exigências Legais	
12. CONSIDERAÇÕES FINAIS	

1. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL

1.1 Contextualização da Entidade

A Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA é uma sociedade de economia mista, dotada de personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, constituída em 28 de fevereiro de 2002, com autorização conferida pela Lei Estadual nº 5.192, de 25 de maio de 2001. A concessão outorgada à Companhia, nos termos dos arts. 8º e 9º da referida lei, vigorará pelo prazo de trinta anos contados da data da promulgação da lei, podendo ser prorrogada por igual período, com previsão de vencimento em 24 de maio de 2031.

Tem por objeto social a exploração, com exclusividade, do serviço de distribuição e comercialização de gás canalizado em todo o território do Estado do Piauí, podendo, ainda, explorar outras formas de distribuição de gás natural e manufaturado, inclusive comprimido ou liquefeito, ou acondicionado em recipientes, de produção própria ou de terceiros, nacional ou importado, para fins comerciais, industriais, residenciais, automotivos, de geração termelétrica ou quaisquer outras finalidades possibilitadas pelos avanços tecnológicos.

A Companhia poderá exercer atividades correlatas à sua finalidade principal, especialmente a execução de estudos, pesquisas e projetos relacionados com o setor de gás, inclusive sob a forma de prestação de serviços de consultoria técnica a terceiros, bem como participar de outros empreendimentos cuja finalidade esteja relacionada com o objeto social, podendo constituir ou participar de outras sociedades, inclusive subsidiárias integrais.

1.2 Natureza Jurídica e Finalidade

A GASPIISA enquadra-se como sociedade de economia mista, submetida ao regime híbrido estabelecido pela Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e pela Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), devendo observar, simultaneamente, os princípios gerais do direito privado e as diretrizes de governança, transparência e controle inerentes à Administração Pública indireta. O Estado do Piauí figura como acionista controlador, detendo 51% das ações com direito a voto, embora, em termos de capital integralizado, a participação do acionista Termogás S.A. corresponda a 59,36% do total de R\$ 14.000.000,00.

A GASPIISA possui participação societária na TMN Transportadora S.A. (CNPJ nº 04.016.328/0001-57), empresa cujo objeto social consiste na engenharia, construção, instalação, exploração comercial, operação e manutenção de gasoduto para transporte de gás natural. No exercício de 2025, a participação da GASPIISA no capital da TMN Transportadora foi reduzida a zero, em decorrência da integralização do AFAC e do

subsequente reconhecimento de perda por não recuperabilidade do valor investido, conforme detalhado na seção 7 deste relatório.

1.3 Missão, Visão e Valores

Missão: Atuar de forma segura e rentável na comercialização e distribuição de gás natural, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Estado do Piauí, considerando os interesses dos acionistas.

Visão: Ser reconhecida como grande empresa distribuidora de gás natural, atuando com foco na rentabilidade e na segurança operacional.

Valores: Espírito empreendedor e capacidade de superar desafios; foco na obtenção de resultados de excelência; disciplina de capital nos investimentos; ética nos negócios; espírito inovador com diferenciação em qualidade e competência tecnológica; compromisso com a segurança operacional, o meio ambiente e a comunidade; respeito e atenção aos clientes internos e externos; integração por meio do trabalho em equipe.

1.4 Visão do Exercício de 2025

O exercício de 2025 foi marcado pela continuidade da fase pré-operacional da Companhia, com a manutenção da estrutura administrativa e dos esforços voltados à viabilização dos projetos estratégicos de infraestrutura de gás natural. Do ponto de vista financeiro, registrou-se redução do prejuízo do exercício em 19,9%, passando de R\$ 1.211.245 em 2024 para R\$ 970.693 em 2025, reflexo do maior controle sobre as despesas recorrentes e do crescimento das receitas financeiras. Contudo, a reversão do Patrimônio Líquido para posição negativa de R\$ (62.241), em decorrência do acúmulo de prejuízos, constitui o principal ponto de atenção do período, reforçando a necessidade de capitalização contínua e da concretização das atividades operacionais.

2. GOVERNANÇA E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Administrativa

A estrutura de governança da GASPIISA é composta pelos seguintes órgãos societários, organizados em conformidade com a Lei nº 6.404/1976 e a Lei nº 13.303/2016:

Assembleia Geral – instância soberana de deliberação, responsável pela aprovação das demonstrações contábeis, eleição dos membros dos conselhos, alterações estatutárias e deliberações sobre reestruturações societárias.

Conselho de Administração – órgão colegiado de caráter estratégico, responsável pela definição das diretrizes da Companhia, supervisão da Diretoria Executiva e acompanhamento dos resultados. Integram o Conselho: Jorge Antônio P. Lopes, Luís Coelho da Luz Filho e Antônio Rodrigues de Souza Neto (representantes do Estado do

Piauí), e José Carlos de Salles Garcez e Roberto Menezes de Pedrosa (representantes da Termogás S.A.).

Conselho Fiscal – órgão independente incumbido de fiscalizar os atos da administração, analisar as demonstrações financeiras e assegurar conformidade legal e contábil. Integram o Conselho: Marta Bernadeth Soares (representante do Estado do Piauí), José Augusto Gomes Nogueira e André Gustavo Lins de Macedo (representantes da Termogás S.A.).

Diretoria Executiva – responsável pela condução operacional da Companhia, com as seguintes nomeações no exercício de 2025: Paulo Roberto Cardoso de Sousa (Diretor-Presidente) e Fábio Moreira Amorim (Diretor Administrativo e Financeiro e Diretor Técnico e Comercial).

2.2 Composição Acionária

O capital social subscrito da Companhia, em 31 de dezembro de 2025, totalizava R\$ 20.000.000,00, distribuído entre os acionistas conforme quadro a seguir. O capital integralizado permaneceu em R\$ 14.000.000,00, sem alterações em relação ao exercício anterior.

Acionista	Capital Votante	Part. Capital Integralizado	Capital Integralizado (R\$)
Estado do Piauí	51,00%	40,64%	5.689.600,00
Termogás S.A.	49,00%	59,36%	8.310.400,00
Total	100,00%	100,00%	14.000.000,00

— 40,64% - R\$ 5.689.600

Figura 1 – Composição Acionária – Capital Integralizado (R\$ 14.000.000,00)

A estrutura acionária reflete o modelo de controle político pelo Estado do Piauí (51% dos votos) combinado à liderança financeira da Termogás S.A., que detém 59,36% do capital integralizado. Essa configuração exige equilíbrio permanente entre os interesses dos dois blocos na definição das estratégias de capitalização e operação da Companhia.

2.3 Forma de Gestão e Conformidade Legal

A gestão da GASPIISA pauta-se pelos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência, em observância ao regime jurídico híbrido aplicável às sociedades de economia mista. As decisões estratégicas são tomadas de forma colegiada, com supervisão dos órgãos societários internos e controle externo exercido

pelo Tribunal de Contas do Estado do Piauí, pela Controladoria Geral do Estado e pela auditoria independente.

No exercício de 2025, a Administração deu continuidade às tratativas de adequação dos atos constitutivos da Companhia aos requisitos da Lei nº 13.303/2016, incluindo a revisão do Estatuto Social, do Regimento Interno e do Código de Ética e Integridade, documentos submetidos à apreciação do Jurídico da Investe Piauí e pendentes de parecer conclusivo.

3. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

3.1 Análise das Receitas

A GASPIISA encontra-se em fase pré-operacional, não auferindo receitas provenientes de sua atividade-fim de distribuição e comercialização de gás canalizado. As receitas registradas no exercício de 2025 compõem-se exclusivamente de receitas financeiras e de outras receitas operacionais de natureza esporádica.

As receitas financeiras totalizaram R\$ 34.341 em 2025, ante R\$ 16.133 em 2024, representando crescimento de 112,9%. Tal evolução decorreu, principalmente, do maior volume de rendimentos sobre aplicações financeiras (R\$ 34.116 em 2025 versus R\$ 16.839 em 2024), impulsionados pelo incremento do saldo médio de caixa ao longo do exercício, além do reconhecimento de juros ativos no montante de R\$ 1.811, vinculados a restituições de créditos tributários de IRRF via PER/DCOMP.

As outras receitas operacionais somaram R\$ 4.320 em 2025, frente a R\$ 8.368 em 2024, redução de 48,4%. O montante de 2025 refere-se ao reconhecimento de valor remanescente do antigo acionista Commit, correspondente a reembolso de despesas de remuneração, confirmado pela Administração como não exigível pelo referido acionista.

3.2 Análise das Despesas

As despesas totais do exercício de 2025 somaram R\$ 997.053, comparativamente a R\$ 1.227.707 no exercício anterior – base comparativa que exclui as Outras Receitas Operacionais de ambos os exercícios para fins de paridade metodológica (2024: R\$ 719.765 + R\$ 507.942). A variação nominal de -18,8% reflete, em parte, a não recorrência de determinadas rubricas de despesas extraordinárias reconhecidas em 2024. Adicionalmente, ambos os exercícios foram impactados por reconhecimentos de perda por não recuperabilidade de ativos (impairment) de natureza não recorrente: R\$ 90.043 em 2024 e R\$ 51.255 em 2025, ambas referentes à participação societária na TMN Transportadora S.A.

As principais variações por natureza de despesa estão demonstradas no quadro comparativo a seguir:

Natureza da Despesa	2025 (R\$)	2024 (R\$)	Variação (%)
Pessoal e remuneração de administradores	810.146	748.354	+8,3%
Serviços profissionais	81.000	108.737	-25,5%
Locação de veículos	32.717	27.600	+18,5%
Combustíveis e lubrificantes	52.140	19.134	+172,5%
Aluguéis e condomínio	17.064	16.169	+5,5%
Depreciação e amortização	3.565	4.774	-25,3%
Telefonia e energia elétrica	421	415	+1,4%
TOTAL – Despesas administrativas	997.053	1.227.707	-18,8%
(–) Outras receitas operacionais	(4.320)	(8.368)	-48,4%
(+) Impairment (não recorrente)	51.255	90.043	-43,1%
TOTAL líquido (DRE – Linha operacional)	1.043.988	1.309.382	-20,3%

Figura 2 – Composição das Despesas Administrativas por Natureza – 2025 (Total: R\$ 997.053)

O gráfico evidencia a forte concentração das despesas administrativas na rubrica Pessoal e Remuneração de Administradores, que representa 81,3% (R\$ 810.146) do total de R\$ 997.053. Essa concentração indica que a principal alavanca de controle de custos reside na gestão da estrutura de pessoal e remuneração de dirigentes, sendo esta a variável com maior impacto no resultado da Companhia durante a fase pré-operacional.

O incremento das despesas com pessoal (+8,3%) é explicado pelo retorno do Diretor-Presidente ao cargo em janeiro de 2025, após rescisão contratual ocorrida em agosto de 2024, resultando em remuneração percolada durante todo o exercício de 2025, ao contrário do exercício anterior. A redução nos serviços profissionais (-25,5%) decorreu da otimização dos contratos de assessoria técnica e jurídica.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO E CONTÁBIL

4.1 Análise da Demonstração do Resultado (DRE)

A Demonstração do Resultado do Exercício de 2025 evidencia a persistência do resultado deficitário, inerente ao estágio pré-operacional da Companhia. O prejuízo do exercício totalizou R\$ 970.693, representando redução de 19,9% em relação ao exercício de 2024 (R\$ 1.211.245), o que demonstra evolução favorável no controle de custos e no aproveitamento das aplicações financeiras.

Demonstração do Resultado	2025 (R\$)	2024 (R\$)	Var. (%)
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS			
(–) Gerais e administrativas	(945.798)	(1.137.664)	-16,9%
(+) Outras receitas operacionais	4.320	8.368	-48,4%
(–) Perda por valor recuperável de ativos (impairment)	(51.255)	(90.043)	-43,1%
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(992.733)	(1.219.339)	-18,6%
RESULTADO FINANCEIRO			
(+) Receitas financeiras	34.341	16.133	+112,9%
(–) Despesas financeiras	(12.300)	(8.039)	+53,0%
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	22.040	8.094	+172,3%
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(970.693)	(1.211.245)	-19,9%

R\$ 0 R\$ 200k R\$ 400k R\$ 600k R\$ 800k R\$ 1000k R\$ 1200k R\$ 1400k R\$ 1600k
Valores em R\$ (absolutos)

Figura 3 – DRE – Comparativo dos Componentes do Resultado 2024 (cinza) vs 2025 (azul)

O gráfico evidencia a redução consistente em todas as linhas de custo entre 2024 e 2025, com destaque para a queda de 16,9% nas Gerais e Administrativas e de 43,1% no Impairment. O Resultado Financeiro – único componente favorável – cresceu 172,3%, passando de R\$ 8.094 para R\$ 22.040, tornando-se fator relevante de mitigação do prejuízo operacional. A combinação desses efeitos resultou na redução de 19,9% no Prejuízo do Exercício.

O resultado financeiro líquido de R\$ 22.040 em 2025 (ante R\$ 8.094 em 2024, crescimento de 172,3%) foi determinante para a mitigação do prejuízo operacional. As receitas financeiras cresceram expressivamente, impulsionadas pelos rendimentos das aplicações financeiras sobre o saldo médio de caixa e pelos juros ativos decorrentes de restituições tributárias. Em contrapartida, as despesas financeiras aumentaram 53,0%, passando de R\$ 8.039 para R\$ 12.300, refletindo maiores encargos sobre obrigações de curto prazo.

A perda por redução ao valor recuperável de ativos (impairment) de R\$ 51.255 em 2025 refere-se à integralização do Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC concedido à TMN Transportadora S.A. e ao subsequente reconhecimento da perda integral do valor investido, em conformidade com o CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Este montante foi inferior ao reconhecido em 2024 (R\$ 90.043), contribuindo para a redução do total de despesas do exercício.

4.2 Resultado Abrangente

O resultado abrangente total do exercício de 2025 é coincidente com o prejuízo do exercício, no valor de R\$ (970.693), uma vez que não houve reconhecimento de outros resultados abrangentes no período, como ajustes de avaliação patrimonial, variações cambiais de instrumentos de hedge ou remensuração de planos de benefícios definidos, os quais não integram a estrutura atual de operações da Companhia.

4.3 Indicadores de Desempenho

Indicador	2025	2024	Variação
Prejuízo do exercício (R\$)	970.693	1.211.245	-19,9%
Resultado financeiro líquido (R\$)	22.040	8.094	+172,3%
Cobertura financ. do prejuízo op. (%)	2,22%	0,66%	+1,56 p.p.
Patrimônio Líquido (R\$)	(62.241)	208.451	Reversão
Caixa e equivalentes de caixa (R\$)	568.559	457.778	+24,2%
Liquidez corrente	0,88	1,57	-44,0%

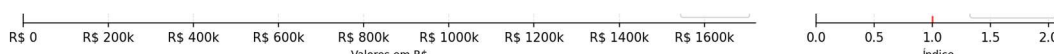


Figura 4 – Indicadores Financeiros – Comparativo 2024 (cinza) vs 2025 (azul)

O painel esquerdo destaca o crescimento de 24,2% no Caixa e Equivalentes (de R\$ 457.778 para R\$ 568.559) e a melhora de 19,9% no Prejuízo do Exercício, evidenciando evolução positiva na gestão dos recursos. O painel direito revela a deterioração da liquidez corrente, que recuou de 1,57 para 0,88 – abaixo do limiar de referência de 1,0 (linha tracejada vermelha) –, sinalizando a necessidade urgente de regularização das obrigações com partes relacionadas e de novas integrações de capital.

A liquidez corrente, calculada pela relação entre o Ativo Circulante (R\$ 589.629) e o Passivo Circulante (R\$ 667.179), atingiu 0,88 em 2025, inferior à unidade e abaixo do índice de 1,57 verificado em 2024. A deterioração deste indicador reflete, sobretudo, o expressivo crescimento das obrigações com partes relacionadas (reembolso de remuneração de dirigente cedido), que passaram de R\$ 290.330 para R\$ 633.435 (+118,2%), sem correspondente incremento do ativo circulante em igual proporção.

5. SITUAÇÃO PATRIMONIAL

5.1 Balanço Patrimonial – Visão Geral

O total de ativos da Companhia cresceu 19,6%, passando de R\$ 505.815 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 604.937 em 31 de dezembro de 2025. O principal fator de

expansão foi o incremento do saldo de caixa e equivalentes de caixa, que absorveu os novos aportes de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC recebidos ao longo do exercício. Em contrapartida, o Patrimônio Líquido reverteu-se para posição negativa de R\$ (62.241), frente ao saldo positivo de R\$ 208.451 verificado em 2024.

Grupo	31/12/2025 (R\$)	31/12/2024 (R\$)	Var. (%)
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	568.559	457.778	+24,2%
Créditos com terceiros	5.357	5.357	0,0%
Impostos a recuperar	6.745	4.495	+50,1%
Despesas antecipadas	8.969	561	+1.498,2%
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	589.629	468.190	+25,9%
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado líquido	5.199	8.764	-40,7%
Intangível líquido	10.109	8.591	+17,7%
Outros ativos não circulantes	—	20.270	-100,0%
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	15.308	37.625	-59,3%
TOTAL DO ATIVO	604.937	505.815	+19,6%
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	9.000	5.669	+58,8%
Obrigações trabalhistas, prev. e fiscais	24.743	1.364	+1.714,9%
Outras obrigações – partes relacionadas	633.435	290.330	+118,2%
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	667.179	297.363	+124,4%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social integralizado	14.000.000	14.000.000	0,0%
Capital a integralizar	(6.000.000)	(6.000.000)	0,0%
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	2.715.614	2.015.614	+34,7%
Prejuízos acumulados	(16.777.855)	(15.807.163)	+6,1%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(62.241)	208.451	Reversão
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	604.937	505.815	+19,6%



Figura 5 – Estrutura Patrimonial – Ativo e Passivo+PL, Comparativo 2024 vs 2025

O gráfico torna visível a deterioração estrutural do balanço entre 2024 e 2025. No lado do Ativo, o crescimento de 19,6% foi concentrado no Ativo Circulante (+25,9%), com significativa redução do Ativo Não Circulante (-59,3%). No lado do Passivo+PL, o Passivo Circulante mais que dobrou (+124,4%), refletindo a acumulação de obrigações com partes relacionadas. O Patrimônio Líquido, que em 2024 era positivo em R\$ 208.451, reverteu para R\$ (62.241) em 2025 (barra vermelha), tornando visível a urgência de conversão do AFAC acumulado (R\$ 2.715.614) em capital integralizado.

5.2 Ativo – Análise por Grupo

O Ativo Circulante, que representa 97,5% do total de ativos em 2025 (contra 92,6% em 2024), é composto majoritariamente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, que atingiu R\$ 568.559, correspondendo a 96,4% do ativo circulante total. As aplicações financeiras, remuneradas a taxas entre 86,5% e 100% do CDI, garantem elevada liquidez e segurança na manutenção dos recursos da Companhia.

Os impostos a recuperar cresceram 50,1%, passando de R\$ 4.495 para R\$ 6.745, reflexo do aumento do IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras no exercício corrente, cujo pedido de restituição via PER/DCOMP será formalizado após a entrega da ECF do período. O Ativo Não Circulante recuou 59,3%, de R\$ 37.625 para R\$ 15.308, em razão da liquidação das contas de Compensações/Restituições Fiscais em Andamento e da conta de AFAC concedido à TMN Transportadora S.A., ambas zeradas no exercício. O imobilizado líquido reduziu-se de R\$ 8.764 para R\$ 5.199 (-40,7%), exclusivamente em razão do reconhecimento da depreciação do período (R\$ 3.565), sem aquisições nem baixas de bens. O intangível líquido cresceu 17,7% (de R\$ 8.591 para R\$ 10.109), em virtude de adições de R\$ 1.518 na rubrica de marcas e patentes.

5.3 Passivo – Análise por Grupo

O Passivo Circulante mais que dobrou no exercício, com crescimento de 124,4%, passando de R\$ 297.363 para R\$ 667.179. O principal fator foi o aumento das obrigações com partes relacionadas (outras obrigações), que cresceram 118,2%, de R\$ 290.330 para R\$ 633.435. Esse incremento decorre do acúmulo de reembolsos devidos ao acionista Termogás S.A., relativos à remuneração do Diretor Administrativo e Financeiro cedido àquela empresa ao longo de todo o exercício de 2025.

As obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais registraram crescimento expressivo (+1.714,9%), passando de R\$ 1.364 para R\$ 24.743. Esse aumento decorre do retorno do Diretor-Presidente ao cargo em janeiro de 2025, resultando no reconhecimento das correspondentes obrigações trabalhistas e previdenciárias ao longo de todo o exercício de 2025. Os fornecedores cresceram 58,8%, de R\$ 5.669 para R\$ 9.000,

correspondendo a obrigações com prestadores de serviços com prazo de liquidação em até 30 dias.

5.4 Patrimônio Líquido – Evolução e Eventos Relevantes

O Patrimônio Líquido reverteu-se para posição negativa de R\$ (62.241) em 31 de dezembro de 2025, frente ao saldo positivo de R\$ 208.451 em 2024. A variação de R\$ (270.692) é explicada pela combinação do prejuízo do exercício de R\$ (970.693) e do ingresso de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC de R\$ 700.000, sendo R\$ 415.520 aportados pela Termogás S.A. e R\$ 284.480 aportados pelo Estado do Piauí.

O saldo acumulado de AFAC atingiu R\$ 2.715.614 em 31 de dezembro de 2025 (Termogás: R\$ 1.708.484; Estado do Piauí: R\$ 1.007.130), representando o principal mecanismo de suporte financeiro da Companhia em sua fase pré-operacional. Os prejuízos acumulados avançaram 6,1%, de R\$ (15.807.163) para R\$ (16.777.855). O capital social subscrito permaneceu em R\$ 20.000.000, com capital integralizado de R\$ 14.000.000, sem novas subscrições ou integralizações em 2025.

6. FLUXO DE CAIXA

6.1 Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, elaborada pelo método indireto, evidencia a movimentação do caixa e equivalentes de caixa em três categorias de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. O saldo de caixa cresceu R\$ 110.781 no exercício de 2025, passando de R\$ 457.778 (saldo inicial) para R\$ 568.559 (saldo final), resultado inferior ao incremento de R\$ 239.028 registrado em 2024.

Demonstração dos Fluxos de Caixa	2025 (R\$)	2024 (R\$)	Var. (%)
Caixa líquido das atividades operacionais	(611.536)	(1.221.967)	-50,0%
Caixa líquido das atividades de investimento	22.317	23.556	-5,3%
Caixa líquido das atividades de financiamento	700.000	1.437.440	-51,3%
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA	110.781	239.028	-53,7%
Saldo inicial de caixa	457.778	218.749	+109,3%
SALDO FINAL DE CAIXA	568.559	457.778	+24,2%

6.2 Atividades Operacionais

O caixa consumido pelas atividades operacionais foi de R\$ (611.536) em 2025, ante R\$ (1.221.967) em 2024, representando redução de 50,0% no consumo. Essa melhora

expressiva reflete, principalmente, o crescimento das obrigações com partes relacionadas (Outras Obrigações), que aumentaram R\$ 343.105 no exercício, indicando que as despesas de remuneração do Diretor Administrativo e Financeiro cedido foram reconhecidas pelo regime de competência, mas ainda não desembolsadas. Tal dinâmica melhora o fluxo operacional no curto prazo, porém representa obrigação a ser liquidada em exercícios futuros.

6.3 Atividades de Investimento

O fluxo líquido das atividades de investimento foi positivo em R\$ 22.317 em 2025, composto, principalmente, pela recuperação de valores de Compensações/Restituições Fiscais em Andamento (R\$ 5.195) e pelo retorno do AFAC concedido à TMN Transportadora S.A. (R\$ 15.075), cujos montantes transitaram pelo resultado do exercício. As aquisições líquidas de imobilizado e intangível totalizaram R\$ (2.047), valor condizente com o atual estágio pré-operacional da Companhia.

6.4 Atividades de Financiamento e Capacidade Financeira

O ingresso líquido proveniente das atividades de financiamento foi de R\$ 700.000 em 2025, referente exclusivamente aos aportes de AFAC realizados pelos acionistas ao longo do exercício. Esse valor foi inferior ao de 2024 (R\$ 1.437.440, que incluiu integralização de capital de R\$ 3.997.326 além de movimentações de AFAC), o que explica a menor variação líquida do caixa no período.

A capacidade financeira da Companhia para honrar seus compromissos imediatos apoia-se nos recursos mantidos em caixa e em aplicações financeiras de liquidez imediata. O saldo de R\$ 568.559 em 31 de dezembro de 2025 garante cobertura das obrigações de curto prazo de natureza recorrente, embora a liquidez corrente inferior a 1,0 exija atenção contínua da Administração. A continuidade operacional da Companhia depende do suporte financeiro dos acionistas, seja por meio de novos aportes de AFAC, seja pela conversão dos adiantamentos existentes em capital social.

7. PROJETOS ESTRATÉGICOS

A Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA manteve no exercício de 2025 o acompanhamento e a articulação institucional relacionados aos seus principais projetos estratégicos, cuja viabilização é condição indispensável para o início das atividades operacionais plenas. A seguir, apresenta-se o estado atual de cada projeto.

7.1 Implantação de Usina Termelétrica a Gás Natural

O Governador do Estado do Piauí solicitou ao Ministério de Minas e Energia a formação de Grupo de Trabalho para discussão e articulação de parâmetros viáveis para instalação de Unidade Termelétrica no Estado do Piauí. O requerimento destaca a

região metropolitana de Parnaíba como área de grande potencial para geração de energia e polo industrial intensivo em energia. É objetivo da Companhia viabilizar a conclusão dos estudos que demonstrem a efetividade da Implantação de Usina Termelétrica a gás natural na ZPE Piauí.

7.2 Prospeção ou Extração de Gás Natural nas Jazidas do Subsolo

A GASPIISA continua contribuindo para que ocorram ações de prospecção ou exploração de gás natural nas jazidas do subsolo de regiões estratégicas do Estado do Piauí, possibilitando sua extração e produção economicamente viável por meio de práticas que minimizem os impactos ambientais. Trata-se de iniciativa fundamental para a redução da dependência do abastecimento externo de gás natural.

7.3 Terminal de GNL no Porto de Luís Correia

Desenvolvido em parceria com a TMN Transportadora S.A., o projeto do Terminal de Gás Natural Liquefeito (GNL) para instalação na estrutura do cais de atracação em Luís Correia foi objeto de estudos aprofundados, com a apresentação de quatro alternativas de configuração do terminal. O empreendimento tem por objetivo atender às termelétricas instaladas na região e constituir fonte energética de grande capacidade de suprimento para as indústrias da Zona de Processamento de Exportação de Parnaíba – ZPE/PI.

7.4 Concepção de Relatório Técnico de Viabilidade – Usina Termelétrica Litorânea

Foi elaborado e apresentado relatório contendo proposta de Ajuste para o Leilão de Reserva de Capacidade de Energia (LRCE/23), com parametrização que viabilizará a participação do Estado do Piauí nos próximos certames. A concepção desse relatório reforça o posicionamento estratégico da GASPIISA no cenário energético estadual e nacional.

7.5 Expansão do Gasoduto Meio Norte

É objetivo da GASPIISA viabilizar os estudos para expansão do Gasoduto de Fortaleza para Teresina e/ou Parnaíba, por meio de modelo que possibilite um projeto futuro com otimização de custos. Com extensão de 948 quilômetros e vazão de 5,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, o Gasoduto Meio Norte terá capacidade para abastecer os Estados do Piauí, Maranhão e Ceará. Em 21 de dezembro de 2005, o IBAMA emitiu a Licença Prévia nº 220/2005 para sua instalação; em 23 de novembro de 2006, foi concedida a Licença de Instalação, tornando-o o segundo maior gasoduto já licenciado no país. A Autorização de Construção expedida pela ANP, sob o nº 360, foi emitida em 26 de dezembro de 2006. Já existe estudo ambiental licenciado e busca-se

união de ações conjuntas para captação de investimentos junto ao Governo Federal para viabilizar a construção da obra.

7.6 Implantação de Terminal de Regaseificação de GNL – Porto de Luís Correia

A Companhia almeja viabilizar a conclusão dos estudos que demonstrem a efetividade da implantação do Terminal de GNL, possibilitando atender às termelétricas e constituir fonte energética para as indústrias instaladas na ZPE de Parnaíba. O projeto é desenvolvido em parceria com a TMN Transportadora S.A., com diversas alternativas de configuração já apresentadas e avaliadas, contemplando modelos inspirados em soluções bem-sucedidas em operação no país.

8. PRINCIPAIS EVENTOS DO EXERCÍCIO

8.1 Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC

No exercício de 2025, os acionistas realizaram novos aportes de AFAC no montante total de R\$ 700.000, sendo R\$ 415.520 aportados pela Termogás S.A. e R\$ 284.480 pelo Governo do Estado do Piauí. Esses recursos foram destinados ao custeio das despesas administrativas da fase pré-operacional e à manutenção do saldo de caixa em patamares adequados à continuidade das operações. O saldo acumulado de AFAC atingiu R\$ 2.715.614.

8.2 Integralização e Baixa do Investimento na TMN Transportadora S.A.

Em deliberação da 37ª Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a integralização do AFAC concedido pela GASPIISA à TMN Transportadora S.A., no montante de R\$ 51.255, reclassificado de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital para a conta de Investimentos. Na sequência, em razão da manutenção do cenário de não recuperabilidade da investida, a Companhia procedeu ao reconhecimento integral da perda por não recuperabilidade, em conformidade com o CPC 01, com a consequente baixa do ativo. Ao final do exercício, a participação da GASPIISA na TMN Transportadora S.A. foi reduzida a zero.

8.3 Regularização de Créditos Tributários de IRRF

Em novembro de 2025, a Receita Federal do Brasil efetuou a restituição de créditos de IRRF sobre rendimentos de aplicações financeiras referentes aos exercícios de 2022 (R\$ 3.745,73 – PER/DCOMP nº 16537.30974), 2023 (R\$ 564,81 – PER/DCOMP nº 14395.69077) e 2024 (R\$ 3.065,63 – PER/DCOMP nº 32339.17958). Os créditos de 2019 e 2020 foram definitivamente baixados por indeferimento dos pedidos de restituição, com reconhecimento da perda em conformidade com o CPC 01.

8.4 Retorno do Diretor-Presidente ao Cargo

O Diretor-Presidente Paulo Roberto Cardoso de Sousa retornou ao cargo em janeiro de 2025, após rescisão contratual ocorrida em agosto de 2024. O retorno repercutiu no incremento das despesas com pessoal e no reconhecimento das correspondentes obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais ao longo de todo o exercício de 2025.

9. GESTÃO PATRIMONIAL

A gestão patrimonial da GASPISA, enquanto empresa de economia mista, exige a conciliação entre princípios de eficiência econômica, responsabilidade social e conformidade com a legislação aplicável ao setor público e privado. O acompanhamento, a proteção e a valorização do patrimônio constituem pilares essenciais para garantir a continuidade operacional, a transparência e a sustentabilidade financeira da Companhia.

9.1 Estrutura do Patrimônio

O patrimônio da GASPISA é composto por bens, direitos, obrigações, investimentos e recursos de acionistas públicos e privados. Por ser uma empresa de economia mista, sua administração patrimonial é regida tanto pelas normas da iniciativa privada quanto pelos princípios constitucionais da Administração Pública, como legalidade, eficiência, economicidade e prestação de contas. No exercício de 2025, o ativo imobilizado totalizou R\$ 5.199 (líquido de depreciações acumuladas de R\$ 55.684), composto por móveis e utensílios (R\$ 2.589) e computadores e periféricos (R\$ 2.610). Não houve aquisições nem baixas de bens durante o exercício. O ativo intangível totalizou R\$ 10.109, composto por marcas e patentes, com adições de R\$ 1.518 no período.

10. GOVERNANÇA CORPORATIVA E TRANSPARÊNCIA

A GASPISA, enquanto empresa de economia mista com participação acionária pública e privada, tem sua atuação pautada por elevados padrões de governança corporativa, integridade institucional e transparência na gestão. A governança é estruturada de forma a garantir equilíbrio entre as instâncias decisórias, fiscalização eficiente e alinhamento ao interesse público.

A Companhia adota práticas de conformidade alinhadas às melhores referências nacionais e internacionais, observando os princípios de legalidade, moralidade, impessoalidade e eficiência da Administração Pública, as normas regulatórias aplicáveis às empresas de economia mista (políticas internas de controles, auditoria, riscos e integridade) e os mecanismos de prevenção e detecção de irregularidades.

A GASPISA é submetida simultaneamente ao controle dos órgãos societários internos (Conselho Fiscal), dos acionistas (por meio da Assembleia e da divulgação de

informações), dos órgãos de controle público (Controladoria Geral, Tribunal de Contas do Estado do Piauí) e da auditoria independente, que avalia periodicamente os demonstrativos financeiros.

11. CONFORMIDADE E ASPECTOS LEGAIS

11.1 Normas Contábeis Aplicáveis

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Destacam-se os seguintes pronunciamentos:

CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos: reconhecimento da perda por não recuperabilidade da participação na TMN Transportadora S.A. e baixa dos créditos tributários de IRRF de 2019 e 2020.

CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: demonstrações com saldos comparativos reapresentados conforme evidenciado na DMPL.

CPC 24 – Eventos Subsequentes: a Administração confirmou não terem ocorrido eventos materiais entre 31/12/2025 e a data de autorização das demonstrações (31/01/2026).

CPC 26 (NBC TG 26 – R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis: despesas apresentadas por natureza, em conformidade com o IAS 1.

11.2 Atendimento às Exigências Legais

A GASPISA observou, no exercício de 2025, as disposições da Lei Estadual nº 5.192/2001, da Lei nº 6.404/1976 (Lei das S.A.) e da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais). A presente prestação de contas é elaborada em atendimento à Instrução Normativa TCE-PI nº 01/2022, que disciplina a composição do Relatório de Gestão Consolidado.

No âmbito trabalhista, fiscal e previdenciário, a Companhia manteve a regularidade das obrigações pertinentes, com recolhimento tempestivo dos encargos sobre as remunerações dos administradores e conselheiros. Não foram identificados passivos contingentes de materialidade relevante.

12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise econômico-financeira do exercício de 2025 da Companhia de Gás do Piauí – GASPIISA revela avanços importantes no controle de gastos e na gestão financeira, mas evidencia, ao mesmo tempo, o agravamento da posição patrimonial em razão do acúmulo de prejuízos decorrentes da prolongada fase pré-operacional.

Do ponto de vista positivo, o prejuízo do exercício recuou 19,9%, de R\$ 1.211.245 em 2024 para R\$ 970.693 em 2025. O resultado financeiro líquido cresceu 172,3%, atingindo R\$ 22.040, e o saldo de caixa avançou 24,2%, alcançando R\$ 568.559.

Por outro lado, o Patrimônio Líquido tornou-se negativo – R\$ (62.241) – pelo desequilíbrio estrutural entre os recursos próprios disponíveis e os prejuízos acumulados de R\$ (16.777.855). A liquidez corrente de 0,88 e o expressivo passivo com partes relacionadas (R\$ 633.435, equivalente a 94,9% do Passivo Circulante) reforçam a necessidade de regularização estrutural do balanço.

Os principais pontos de atenção para o exercício de 2026 são: (i) conversão do AFAC acumulado (R\$ 2.715.614) em capital social integralizado, de modo a recompor o Patrimônio Líquido; (ii) controle do crescimento das obrigações com partes relacionadas; (iii) monitoramento da taxa Selic e seus impactos sobre as receitas financeiras; e (iv) avanços concretos nos projetos estratégicos de infraestrutura de gás natural.

Em perspectiva, a GASPIISA mantém seu compromisso com a viabilização da distribuição de gás natural no Estado do Piauí, articulando iniciativas junto ao Governo Federal, ao Ministério de Minas e Energia e a parceiros estratégicos para a implementação dos projetos de gasoduto, terminal de GNL e geração termelétrica.

Teresina (PI), exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Paulo Roberto Cardoso de Sousa

Diretor-Presidente | CPF: 819.764.533-72

Fábio Moreira Amorim

Diretor Administrativo e Financeiro | Diretor Técnico e Comercial

CPF: 447.025.233-68

Carlos Romão Silva dos Remédios

Contador | CPF: 760.890.963-34 | CRC-PI: 6332-O